



CRISTOLOGIA

AULA 6



Prof. Robert Rautmann

CONVERSA INICIAL

Os temas reservados para esta nossa última aula são, justamente, os acontecimentos que coroam, que encerram, que plenificam a vida terrena de Jesus Cristo. Podemos dizer que se trata da “coroa” desejada por Paulo (Bíblia. 2 Tm., 2015, 4: 8).

A fé cristã está alicerçada, firmemente, no acontecimento da ressurreição de Jesus Cristo. Esse evento histórico e trans-histórico tem implicações que chegam até nós. Será a partir da ressurreição de Jesus Cristo que cada cristão e cada cristã, de todos os tempos, irá fundamentar a sua fé. Esse anúncio da ressurreição atravessou o tempo por meio da escuta atenta das Sagradas Escrituras e da Tradição Apostólica.

Será a partir da compreensão da missão completa de Jesus Cristo que podemos entender o papel salvífico de Maria, sua mãe. Essa missão de Maria não se resume, absolutamente, a ser genitora de Jesus de Nazaré. Ao contrário, ao olhar para Maria, podemos ver nela a seguidora do Filho por excelência, o ícone da Igreja, a Medianeira das graças.

Em suma, nossos estudos querem tocar os elementos terrenos e celestes de nossa fé, a ressurreição e glorificação de Jesus.

TEMA 1 – MEDIAÇÃO

A carta de Timóteo afirma, forma incisiva: “Porque há um só Deus e há um só mediador entre Deus e os homens: Jesus Cristo, homem” (Bíblia. 1 Tm., 2015, 2: 5). Era essa a compreensão da Igreja Primitiva, desde o início, acerca da pessoa de Jesus Cristo. Ele é chamado de *Mediador* como um resumo da sua missão salvífica junto à humanidade – como Profeta, Servo e Sacerdote. Temos aqui um duplo movimento – Jesus é tomado dentre os seres humanos e é aceito por Deus, portanto, representa essa mesma humanidade diante de Deus. Também, como enviado por Deus, ele pode revelar o desígnio salvífico de Deus para a humanidade. Essa dupla nomeação retira o equívoco de considerar Jesus apenas como um intermediário, alguém que está “entre”. De certa forma, temos em Ário (mentor da heresia do arianismo) a compreensão de que Jesus Cristo seria como uma espécie de ser intermédio entre Deus e a criação. Ainda que Jesus fosse, pensava Ário, um ser celestial e sublime, recairia sobre Ele apenas a qualificação de estar como que entre dois mundos. Contudo, a missão



de ser mediador implica, antes, na pertença em ambos os mundos, representando-os. Em Jesus Cristo, toda a humanidade e seu destino estão devidamente representados e, ao mesmo tempo, a divindade em sua totalidade.

A missão de Jesus Cristo é universal. Essa universalidade se destaca por meio de dois importantes títulos de Jesus Cristo, a saber, de Sumo Sacerdote e de Filho do Homem. Vejamos cada um deles a seguir.

1.1 Sumo sacerdote

No Novo Testamento, a função de Sumo Sacerdote atribuída a Jesus Cristo encontra lugar de forma singular na carta aos Hebreus, porém não só. Vejamos, por exemplo, como a carta de Paulo apresenta essa função e mediador: “Pois há um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, um homem, Cristo Jesus, que se deu em resgate por todos” (Bíblia. 1 Tm., 2015, 2: 5).

Será que o judaísmo anterior ou contemporâneo a Jesus teria o entendimento de associar a figura do Sumo Sacerdote à do Messias? Não podemos assumir como verdadeira essa afirmação, porém alguns textos veterotestamentários apontam para essa identificação, como por exemplo o personagem que se encontra com Abraão – conhecido como Melquisedec (Bíblia. Gênesis, 2015, 14: 18s) –, bem como a repercussão desse mesmo personagem por meio do Salmo 110: 4, no qual o oráculo sobre o Senhor poderoso fala de um “sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec”.

A própria função litúrgica do sumo sacerdote, no Templo de Jerusalém, era a de um mediador entre Deus e o seu povo. Ele era alguém escolhido e consagrado. Ao ser consagrado, ele era separado do meio do povo. Teoricamente, o sumo sacerdote poderia dedicar-se intensamente à sua missão de mediador, oferecendo sacrifícios em favor do povo, mas também comunicando ao povo os ensinamentos e a Palavra de Deus

Os textos bíblicos não revelam que Jesus tenha atribuído, a si, o título de sumo sacerdote. Suas críticas foram dirigidas, inclusive, ao sacerdócio como tal e ao grupo dos saduceus que representava essa classe. Ainda assim, não podemos simplesmente ignorar que há indicações de que a missão de Jesus tenha se assemelhado a de um sacerdote. Vejamos, por exemplo, seu discurso acerca do Templo e de como este seria substituído por um “novo templo (cf. Mc.



14: 58; Jo. 2: 19; 7: 37-39). Outro texto importante, nesse sentido, é o anúncio que faz de sua própria morte sacrificial (cf. Jo: 17-19).

Ao não atribuir a Si mesmo o título de Sumo Sacerdote, Jesus Cristo desejava não ser associado a um sistema ritual e cúltico corrompido, envolvido por situações escandalosas, vinculadas a um grupo que, por interesses pessoais, oprimia o restante do povo. Somente após a sua ressurreição, a comunidade cristã, ao refletir sobre a missão e obra de Jesus Cristo, faria essa associação.

A tipologia do Sumo Sacerdote aplicada a Jesus Cristo possui dupla situação: divina e humana.

A condição divina se dá pela própria condição de Cristo junto a Deus. O autor da carta de Hebreus aproximou Cristo do rei Melquisedec (cf. Hb. 6: 19; Hb. 7: 1-25).

A situação humana da missão de Sumo Sacerdote realizada por Jesus se realiza ao levar toda a humanidade à sua perfeição. Sua obra será de restaurar a Aliança que Deus faz com a humanidade. Jesus Cristo fará isso por intermédio de toda a sua vida, não somente (como muitas vezes se deduz por certas teologias) por meio de sua Paixão.

Em resumo, podemos dizer que, como Sumo Sacerdote, Jesus Cristo realiza plenamente a sua missão de Mediador – revela à humanidade os desígnios salvíficos de Deus e eleva os seres humanos, santificando-os, à imagem de Deus.

1.2 Filho do Homem

Começamos dizendo que este é um dos títulos mais significativos de Jesus Cristo, uma vez que Ele atribuiu a si mesmo esse título – são 80 menções nos Evangelhos na boca de Jesus.

No livro de Daniel, em seu capítulo 7, há a menção de um ser celestial “como um Filho de Homem”. Essa perspectiva apocalíptica e de proximidade com Deus está presente no título “Filho do Homem”, utilizado por Jesus. Não é, porém, o seu conteúdo principal. O termo em questão diz mais sobre a missão de Jesus do que, propriamente, de sua identidade. Sua missão, que tem origem celeste, mas que se cumpre por meio da Encarnação, do rebaixamento e da humilhação.



Evidentemente, estamos tratando aqui da missão divina que o Filho possui como enviado do Pai, porém, acrescentemos que essas funções, ditas universais, só poderão ser realizadas plenamente em sua humanidade. Poderíamos dizer que Jesus Cristo “empresta” sua história, sua carne, sua vida à figura apocalíptica, celestial vislumbrada pelo profeta Daniel.

Como compreender esse título, portanto, em relação a toda humanidade? Uma expressão que poderia traduzir mais concretamente o termo seria *homem universal*, dando conta que Jesus possui uma relação com cada homem e cada mulher, de todos os tempos, de forma única e original, tal qual nenhum outro ser humano, nem antes e nem depois, possuiu. Sua vida foi em favor da humanidade. Sua morte foi em resgate por todos. Elevado, permanece conosco e no juízo se identificará conosco também (cf. Mt. 25: 40).

TEMA 2 – TRÍPLICE MÚNUS

Chamamos de *tríplice múnus* a missão tripartite de Jesus Cristo como mediador – Sacerdote, Rei e Profeta. A palavra *múnus*, que é bastante utilizada nos documentos eclesiais, tem o significado de encargo, função, ofício público, ocupação. Seu significado, literal, seria ministério.

Essa compreensão de que o ministério de Jesus poderia ser compreendido de forma tripartite tem suas raízes na Patrística, ainda que os textos informem de forma dupla: sacerdote profeta e sacerdote rei.

O termo “Tríplice Múnus” foi adotado pela primeira vez por João Calvino para evidenciar a função sacerdotal, profética e real de Jesus Cristo. Calvino introduziu a teologia do Tríplice Múnus no Ocidente, seguido por Lutero e, depois, pela Igreja Católica, especialmente nos documentos do Concílio Vaticano II. (Valle, 2018, p. 80)

Vejamos como podemos compreender a mediação de Jesus a partir dessas categorias.

2.1 Cristo sacerdote

Devemos recordar a compreensão do papel sacerdotal no Antigo Testamento.

O sacerdote, para o Povo de Israel, era responsável por ações próprias e possuía uma posição de destaque. Uma de suas funções era a de interpretar os oráculos divinos. Essa função não adquiriu tanta importância. Temos, por



exemplo, os textos nos quais os sacerdotes consultavam a Deus por meio do *urim* e *tumim* (ver Ex. 28: 30; Lv. 8: 8; Nm. 27: 21; Dt. 33: 8) ou por meio do *efod* (Jz. 8: 26-27; Ex. 28: 6-14; 39: 2-7; 1 Sm. 2: 18.28; 23: 6), buscando respostas para determinadas questões. Por causa da condenação à adivinhação, presente nos textos bíblicos, essa prática foi caindo em desuso.

Outra função da classe sacerdotal – esta bastante conhecida – era de oferecer sacrifícios no Templo de Jerusalém. Ainda que qualquer um do povo pudesse oferecer sacrifícios a Deus, o serviço no Templo era reservado aos sacerdotes.

Ao oferecer sacrifícios a Deus, em nome do povo, o sacerdote exercia uma função mediadora – do povo para Deus. E é nesse sentido que o sacerdócio de Cristo seria entendido. O autor da carta aos Hebreus fala de um “sacerdócio eterno” (Hb. 7: 24). Essa afirmação está respaldada no texto contido nos Salmos: “Tu és sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedec” (Sl. 110: 4). Associar o sacerdócio de Cristo a Melquisedec era romper com a ideia veterotestamentária da transmissão hereditária do sacerdócio. Melquisedec representa o sacerdócio eletivo. Jesus Cristo é sacerdote por eleição divina e uma vez para sempre. Em sua vida toda a humanidade é oferecida, por assim dizer, a Deus.

2.2 Cristo profeta

Mais uma vez, retornemos ao Antigo Testamento para entender quem era o profeta.

Há diversas formas do ser profeta no Israel Antigo. Havia os profetas do Templo, os profetas da corte, os profetas radicais, os profetas que escreveram suas profecias, outros que apenas a proclamavam de viva voz, aqueles que pertenciam a um grupo de profetas, outros que realizavam o ofício individualmente, aqueles que nunca havia exercido essa função, mas foram chamados mesmo assim. E era essa observação final que distinguia os profetas de Deus daqueles que eram falsos profetas – o chamado *divino*. Justamente a etimologia da palavra (*nabi*) significa chamar, encarrega, confiar uma função, um ministério. O profeta era, portanto, um encarregado do próprio Deus para transmitir ao Povo a palavra divina. Ele não era um mestre da palavra, mas sim, alguém que testemunha e anuncia a palavra de Deus.



Ao se descrever a si, Jesus diz que é maior que o profeta Jonas (Mt. 12: 41). O autor da carta aos Hebreus irá dizer que Cristo é maior que Moisés (Hb. 3: 2-3). Jesus se entendia como um profeta e as pessoas, que o escutavam ou viam seus sinais, o consideravam, igualmente, um profeta.

Além disso, “O modo como Jesus assumiu sua atividade ministerial, enquanto enviado de Deus, demonstra consciência da sua identidade profética (Lc 4, 24-27; 13, 33). Ele reconhecia que era habitado pela Palavra de Deus (Mt 11, 27). Entendia que suas palavras eram as palavras do Pai” (Valle, 2018, p. 92).

Jesus Cristo não somente falava as palavras de Deus, mas permitia que Deus falasse por Ele. E mais ainda, Ele era habitado pela Palavra, Ele mesmo era a Palavra de Deus.

2.3 Cristo rei

Logo no início do evangelho de Mateus, temos a identificação de Jesus como descendente de Davi (Mt. 1: 1). Será essa relação de Jesus com a função régia: um rei-pastor.

Alguns momentos da vida de Jesus preanunciam esse seu múnus – sua entrada em Jerusalém, seu discurso escatológico, suas afirmações diante de Caifás e Pilatos, a tabuleta escrita por Pilatos, colocada logo acima de sua cruz, etc.

Certamente o reinado de Cristo não é como aquele exercido pelos “chefes das nações” (cf. Mc. 10: 42-45). O seu reino “não é deste mundo” (Jo. 18: 36). Sua atitude, como rei, é aquela do pastor que cuida de seu rebanho, que “dá a vida por suas ovelhas” (10: 11). Ele reina com justiça, em favor da verdade, de forma sensata. Um reino que traz vida, paz, salvação.

TEMA 3 – MARIA, MEDIANEIRA

Nos estudos que fazemos de Cristologia, desejamos apresentar e entender o papel de Maria no plano salvífico, uma vez que ela está intimamente ligada com a missão de seu Filho, seja em sua encarnação, na sua ressurreição, bem como na manifestação da Igreja.

A fé católica compreende que Maria teria recebido favores especialíssimos da parte de Deus, privilégios só a ela concedidos, contudo essa



escolha que Deus fez dela não a coloca em um patamar de divindade. Portanto, o culto que a ela é devido, apesar de estar acima dos cultos prestados aos demais santos, não se deve comparar à honra que somente é devida a Deus.

A importância do mistério de Maria não é devida a uma posição isolada do restante da humanidade, e sim pela sua ligação particular com as realidades salvíficas, diremos mesmo, com o plano salvífico.

Falemos, portanto, dessas conexões de Maria.

3.1 Maria e a Encarnação

A Igreja primitiva procurou compreender a pessoa de Jesus Cristo em conexão com a pessoa de Maria. O texto de Paulo, em sua carta aos Gálatas, por exemplo, foi utilizado para refutar a heresia do docetismo, que negava a natureza humana de Cristo (Gl. 4: 4). A natureza divina de Cristo já era, desde os textos evangélicos, reconhecida devido ao nascimento virginal de Jesus. A Virgem Maria, ao dar à luz, confirma a divindade de seu filho.

A relação de Maria com a Encarnação do Verbo não está limitada ao seu papel de mãe, tal qual uma genitora que “emprestaria” sua maternidade a outrem.

Navarro (1999) fala em uma pluridimensionalidade no papel de Maria em relação à Encarnação – dimensão da protologia, da hodologia e da escatologia. Essas dimensões podem ser assim explicadas:

- Dimensão da protologia: a nova criação começa em Maria ao permitir, de forma dialogada e não impositiva da parte de Deus, que seus traços pessoais possibilitem a concretização do plano salvífico. O evangelista Lucas sublinha esse diálogo entre Deus e Maria (por intermédio de Gabriel, que é mensageiro) e a liberdade oferecida a Maria para a sua resposta.
- Dimensão da hodologia (do grego *hodos*, “caminho”): Maria não é mais somente aquela que acolhe a mensagem e dá o seu sim, mas aquela que se torna discípula de seu filho, acompanhando-o, meditando todas as coisas, sendo provocada em sua fé (cf. Jo. 2) e assumindo o projeto de Deus até a cruz.

- Dimensão da escatologia: Maria participa da salvação ao ser antecipação do que será a nova humanidade. Redimida, nela é antecipada a humanidade unida a Deus.

3.2 Maria e a Redenção

No Antigo Testamento temos um resumo esquemático da ação divina em relação ao seu Povo e como Ele se revela:

Iahweh disse: “Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi seu grito por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir desta terra para uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel [...]” (Ex. 3: 7-8a, grifo nosso).


Ao se fazer uma releitura do texto de Ex. 3: 7-8a, em chave mariológica, percebemos que o olhar de Deus para o seu Povo se faz, de forma condensada, em Maria (cf. Lc. 1: 30). E, Maria mesmo reconhece esse olhar de Deus (cf. Lc. 1: 48).

Os textos evangélicos deixam claro que Maria representa a humanidade junto a Deus. Ela é a humanidade toda ali simbolizada. E mais, uma humanidade livre da escravidão do pecado, a partir da pequenez da criatura “olhada” por Deus.

A segunda ação de Deus em relação ao seu Povo, no Êxodo, é “ouvir” e “entender”. A história de sofrimento do Povo é conhecida de Deus, e Maria é essa mulher do povo que sofre as dores de seu Povo. Deus a conhece e conhece as angústias vividas. Maria mesmo irá reconhecer a mão de Deus que se move em direção aos oprimidos (cf. Lc. 1: 52-54).

Por fim, Deus “desce” para livrar o seu Povo. No Novo Testamento, essa ação divina se realiza por meio de Maria e de seu assentimento ativo à vontade de Deus (cf. Lc. 1: 38).

A salvação se realiza por meio da missão de Jesus Cristo – não se pode colocar em dúvidas esse fato. Deve-se atentar, contudo, que essa salvação se realiza de forma primeira, antecipada e modelar em Maria. Não sem razão, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II, dedica um parágrafo a essa compreensão da relação da missão de Maria e a missão de Jesus Cristo:



O nosso mediador é só um, segundo a palavra do Apóstolo: “não há senão um Deus e um mediador entre Deus e os homens, o homem Jesus Cristo, que Se entregou a Si mesmo para redenção de todos” (1 Tm 2,5-6). Mas a função maternal de Maria em relação aos homens de modo algum ofusca ou diminui esta única mediação de Cristo; manifesta antes a sua eficácia. Com efeito, todo o influxo salvador da Virgem Santíssima sobre os homens se deve ao beneplácito divino e não a qualquer necessidade; deriva da abundância dos méritos de Cristo, funda-se na Sua mediação e dela depende inteiramente, haurindo aí toda a sua eficácia; de modo nenhum impede a união imediata dos fiéis com Cristo, antes a favorece (*Lumen Gentium*, n. 60).

3.3 Maria e a Igreja

A Tradição da Igreja irá ver uma relação íntima entre Maria e a Igreja. A Igreja é comunidade dos discípulos de Jesus, dos quais Maria é a mais excelente. A Igreja é Mãe que acolhe, tal qual Maria. É por meio da Igreja que se encontra a Salvação – Jesus Cristo, da mesma forma que foi por meio de Maria que nos veio essa mesma Salvação.

Vejamos como isso se dá em relação aos mistérios de Maria.

A Maternidade Divina de Maria nos aponta como Deus se manifestou em sua vida, gerando Jesus. Para cada indivíduo, é a graça de Deus que se evidencia no coração humano. Já a Virgindade de Maria aponta a possibilidade de cada ser humano decidir-se de forma pessoal e irrevogável diante de Deus, para além de seu pecado. No mistério da Imaculada Conceição da Virgem, compreendemos a iniciativa divina que se antecipa, por meio de sua graça, a qualquer empreendimento da parte do ser humano. E, por fim, na Assunção de Maria, revela-se o destino final da humanidade que aceita a Economia Divina.

Não se pode falar dessa conexão de Maria com a Igreja sem mencionar a passagem do Evangelho de João, quando Jesus, na cruz, entrega sua mãe ao discípulo amado e vice-versa (Jo. 19: 25-27). Essa acolhida que Maria recebe por parte do discípulo amado terá sua expressão concreta quando da expectativa do recebimento do Espírito Santo em Pentecostes (cf. At: 1: 14).

Por fim, ao concluirmos essa subseção, devemos mencionar que a *Lumen Gentium* (há pouco citada), que é o documento conciliar acerca da Igreja, reserva um capítulo inteiro (oitavo) para a figura de Maria. E é nesse capítulo que temos a menção honrosa do título que batizamos essa subseção – Maria medianeira (*Lumen Gentium*, n. 62) – que será replicado, posteriormente, no Catecismo da Igreja (n. 969). Por fim, a própria Constituição irá qualificar Maria como “Medianeira para a unidade da Igreja” (*Lumen Gentium*, n. 69).



O Catecismo da Igreja vai ressaltar esse caráter singular de sua missão. E é justamente esta singularidade que faz de Maria “mãe na ordem da graça” (Catecismo n. 968).

A missão de Maria se inicia com o seu consentimento dado à vontade de Deus na Anunciação. Um sim que se desdobrou ao longo da vida terrena de Jesus e foi confirmado, com sofrimento, ao lado da cruz. Entrega de vida junto à comunidade cristã que orava e crescia e a entrega total em sua assunção aos céus onde continua intercedendo por todo o gênero humano. Por esse múnus especial e perpétuo, a Igreja outorga à Maria o título de advogada, auxiliadora, protetora e, especialmente, Medianeira.

TEMA 4 – JESUS CRISTO, ONTEM, HOJE E SEMPRE

A morte de Jesus é o desfecho de sua presença sensorialmente identificável. Por meio de sua manifestação ressurreta, Jesus Cristo permitiu aos seus contemporâneos acesso à Sua Pessoa. Como nós, cristãs e cristãos, do terceiro milênio, poderemos acessar ao Mistério do Filho de Deus encarnado? Em outras palavras, como encontrar pessoalmente o Ressuscitado e realizar a experiência de fé cristã?

A vida do cristão se dá junto a essa presença de Cristo que, ainda que provisória, nos impulsiona ao encontro definitivo e face a face com Ele. Que seja alertado que a provisoriedade da presença não diminui o fato de ela ser real e pessoal. Ainda, ela se dá por meio de sinais que podem ser sensorialmente percebidos. A seguir, vejamos esses, por assim dizer, “lugares” de sua presença.

4.1 Palavra e sacramentos

É a Ressurreição de Jesus Cristo que é condição de possibilidade de ouvirmos sua voz por meio dos textos evangélicos. A narrativa do evangelho de Lucas, conhecida como “discípulos de Emaús” (Lc. 24: 13-53), é exemplar para compreender como se dá essa presença. Lucas, de forma catequética, orienta seus leitores, explicando-lhes como Jesus Cristo é encontrado nas Sagradas Escrituras (Lc. 24: 27). Nesse sentido, a compreensão da presença do Ressuscitado, por meio dos textos bíblicos, fez com que os corações dos discípulos ardessem (cf. Lc. 24: 32).

Sem dúvidas, a fração do pão é o lugar de encontro com o Ressuscitado, que o Novo Testamento apresenta como fundamental. Além disso, após a confrontação com a Palavra, os discípulos experimentam a presença do



Ressuscitado no partir do pão (cf. Lc. 24: 30-31.35). Ao celebrar a Eucaristia, cada cristão, de todos os tempos, faz a memória do Mistério Pascal de Jesus Cristo. Paulo, ao admoestar sobre o perigo da idolatria, recorda aos coríntios a união que se dá com Cristo por meio da Eucaristia (cf. 1 Cor. 10: 16).

Semelhantemente, o batismo é a incorporação de cada cristão e cada cristã na morte e ressurreição de Jesus Cristo, permitindo a realização de Deus Pai na vida de cada batizado e cada batizada, assim como agiu na vida de Cristo (cf. Rm. 6: 3-4).

4.2 Comunidade dos crentes

A Palavra e os Sacramentos, realizados pela ação do Espírito, juntam os discípulos e discípulas de Jesus Cristo. “A “Igreja” é o povo que Deus reúne no mundo inteiro. Ela existe nas comunidades locais e realiza-se como assembleia litúrgica, sobretudo eucarística. Vive da Palavra e do Corpo de Cristo, e é assim que ela própria se torna Corpo de Cristo” (João Paulo II, 2000, n. 752).

É Jesus mesmo quem está no meio de seu povo (Mt. 18: 20). E mais, a Igreja é o próprio corpo terreno de Jesus Cristo (1 Cor. 12: 12s-17).

4.3 Os pequenos

A presença do Ressuscitado entre nós se dá de maneiras desconcertantes – por meio dos pequenos, dos fracos, dos indesejados. No texto conhecido como o Apocalipse de Mateus (Mt. 24: 25), Jesus, ao ser indagado por seus discípulos, indica o critério da separação das Nações: o amor dedicado aos necessitados. E não somente isso, a sua própria identificação com eles (Mt 25: 40). O Documento de Puebla, em seu número 31, atualiza este texto: “[...] as feições sofredoras de Cristo, o Senhor, transparecem nas crianças pobres, com deficiências, abandonadas, exploradas; nos jovens desorientados, frustrados; nos indígenas e afrodescendentes; nos camponeses; nos operários; nos subempregados; nos marginalizados; nos anciãos”.

Como cristãos, temos, portanto, a certeza de sua presença renovada entre nós. Além disso, a fé determinada de que, um dia, ele virá em sua glória.



TEMA 5 – JESUS CRISTO MORTO E RESSUSCITADO: CENTRO DA FÉ CRISTÃ

A ressurreição de Jesus Cristo é um acontecimento presente nas comunidades cristãs primitivas. Os relatos das aparições de Jesus Cristo, que se encontram nos Evangelhos, devem ser compreendidos dentro do contexto daquelas comunidades que vemos no livro dos Atos dos Apóstolos. Comunidades que se organizaram e se entenderam a partir desse fato da ressurreição e que, por isso, sentiram-se impelidas a disseminá-lo. É o que chamamos de *anúncio querigmático* ou *anúncio da boa-nova*. Não há sombra de dúvidas de que a ressurreição de Jesus Cristo foi o centro da fé proclamada pelos primeiros cristãos.

A partir dos registros dos anúncios do Evangelho, percebemos que o seu núcleo está centrado no sentido salvífico do ato por meio do qual o Pai “arranca” o Filho das garras da morte. A perspectiva da ressurreição de Jesus Cristo inaugura uma nova criação, na qual toda a humanidade está envolvida e, por isso, seria a destinatária dessa “boa-nova”. Você poderá compreender o conteúdo desse anúncio por meio da leitura atenta dos seguintes textos: At. 2: 22-40; 3: 12-16; 4: 8-12; 5: 29-32; 8: 30-35; 10: 34-43; 13: 15-41. Eles demonstram como a Igreja cristã percebia a centralidade daquilo que aconteceu com Jesus Cristo e sua perspectiva e esperança em relação a cada cristão e a cada cristã.

No primeiro texto citado, Pedro, em nome de toda a Igreja, proclama o evento pascal. Já no capítulo 9 de Atos dos Apóstolos, temos a conversão de Paulo, seu encontro com o ressuscitado. Será a partir de sua conversão que a Igreja, por intermédio de um discípulo – Ananias – irá rezar para que os olhos de Paulo “se abrissem”, provocando nele a decisão de se tornar discípulo e missionário do Senhor. No versículo 20, desse mesmo capítulo, vemos que a sua pregação estava centrada na afirmação de que Jesus é o Filho de Deus, declaração da inseparável unidade entre Jesus de Nazaré (o Jesus histórico) e o Cristo da fé, ou seja, o centro da fé da comunidade eclesial que pouco a pouco estava se formando.

Como se deu, portanto, a influência do fato da ressurreição de Jesus para além do tempo em que esses mesmos fatos se sucederam?

Começemos dizendo que a ressurreição de Jesus Cristo é um evento dentro da história, porém a ultrapassa. Papa Bento XVI (2011), em sua trilogia



acerca de Jesus de Nazaré, irá afirmar que, com a ressurreição de Jesus, a própria matéria encontra uma nova forma de realidade, uma vez que o Homem Jesus (o Verbo Encarnado) pertence ao divino, ao eterno. Nesse aspecto, ele lembra que Tertuliano asseverou que o “espírito e sangue” têm, a partir de então, um lugar em Deus. É nesse sentido que compreendemos a ressurreição como primícias. Jesus é aquele que inaugura a nova humanidade. É Ele quem nos assegura a possibilidade de que o nosso corpo, a nossa matéria, possa estar em comunhão com Deus, pela Sua ressurreição.

Doutra forma, devemos reconhecer que a ressurreição de Jesus é pedra fundamental sobre a qual todo o alicerce da fé cristã está estabelecido. Não sem razão afirmou Paulo que:

E se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, vazia também é a vossa fé. Acontece mesmo que somos falsas testemunhas de Deus, pois atestamos contra Deus que ele ressuscitou a Cristo, quando de fato não ressuscitou, se é que os mortos não ressuscitam. Pois, se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, ilusória é a vossa fé (1 Cor. 15: 14-17a).

A ressurreição de Jesus Cristo, como dissemos anteriormente, não é uma operação na qual um organismo biológico retomou a sua vida. Não é um acontecimento no qual Jesus retorna à sua vida terrena para mais tarde morrer. É um “salto ontológico que toca o ser como tal; foi inaugurada uma dimensão que nos interessa a todos, que criou para todos nós um novo âmbito da vida, o estar com Deus” (Bento XVI, 2011, p. 245). Nesse aspecto que dizemos que a ressurreição, ainda que seja um acontecimento na história, é distinta do nascimento e crucificação de Jesus; ela é de uma natureza totalmente nova, que inaugura para a humanidade sua dimensão escatológica.

Mas será como evento histórico, experimentado por testemunhas, que a ressurreição revelou seu poder de contágio, de transmissão. O acontecido, vivenciado por um grupo de discípulos, tornou-se, portanto, o centro de suas vidas e de sua mensagem. A ressurreição mostrou, de forma inequívoca, a aprovação de Deus Pai pela vida e missão terrena de Jesus Cristo. Essa se torna uma mensagem poderosa da primeira comunidade. Será na imitação da vida e entrega de Jesus que o cristão será também admitido em uma relação com Deus: “Com a ressurreição do amor crucificado de Jesus também se revelou de uma vez por todas para a fé que uma vida a partir de Deus e para os outros tem um sentido indestrutível, mais ainda: que a comunhão vivida de amor com Deus



e os outros seres humanos e criaturas é o sentido da criação” (Kessler, 2008, p. 386).

A fé pascal, ou seja, a fé que tem como centro o acontecimento da ressurreição do crucificado, das primeiras comunidades, dependeria do testemunho daqueles que presenciaram as aparições do Senhor e da transmissão que estes fizeram de tal acontecimento.

E como se dá a fé pascal para os cristãos e as cristãs que surgiram ao longo da história? Seriam apenas transmissores de acontecimentos que não viveram, mas que ouviram da parte de terceiros?

Bem, a questão é complexa, mas é importante compreendermos que cada cristão e cristã recebe o anúncio pascal que é transmitido pela comunidade. Esse anúncio se dá por meio da escuta das Sagradas Escrituras e da Tradição. Sua fé, porém, é fundada em uma experiência pessoal e existencial com o Jesus Ressurreto, realizada junto à comunidade daqueles que seguem a Jesus:

Através da vitalidade e atuação de Jesus experimentadas no presente é confirmada a mensagem acerca da ressurreição de Jesus e surge certeza de fé para os discípulos posteriores. O fundamento da fé é, por conseguinte, certamente o Jesus terreno, mas como o Senhor Ressurreto (testemunhado pelas testemunhas originárias e experimentado pelos próprios crentes como atuante no presente). (Kessler, 2008, p. 265)

Ou seja, dois elementos são, igualmente, fundamentais: a escuta do anúncio realizado pelos membros da comunidade eclesial e a experiência pessoal do ouvinte com o Ressuscitado.

NA PRÁTICA

No devocional cristão católico, a oração do rosário (popularmente conhecido como *terço*, uma vez que se deva rezar “um terço” do rosário) é bastante conhecida e popular. Algumas críticas direcionadas à oração do rosário estão direcionadas à suposta divinização ou destaque excessivo à figura de Maria. Podemos verificar, nesta aula, ainda que de forma rápida, que essa crítica não tem fundamento. Maria pertence ao núcleo da fé cristã pela sua associação íntima com a própria missão de seu Filho.

No exercício que propomos agora, queremos que você pesquise os Mistérios do Rosário (adiantamos que se trata de 20 Mistérios, divididos em 4 grupos: Mistérios Gozosos, Mistérios Luminosos, Mistérios Dolorosos, Mistérios



Gloriosos) e analise a participação de Maria em cada um dos Mistérios da vida de Jesus, percebendo a sua importância central para a vida cristã.

FINALIZANDO

Declaramos, como cristãos, que temos apenas um Mediador entre Deus e os seres humanos – Jesus Cristo. Essa mediação, assumida por Jesus, se realiza em sua vida terrena. Como Sumo Sacerdote e como Filho do Homem (que podemos entender como “homem universal”), Jesus Cristo pertence, para sempre, a essas duas realidades, correspondentes às suas duas naturezas: humana e divina.

Maria, mãe de Jesus, pelo seu papel fundamental e singular no plano salvífico, tornou-se medianeira, pois foi por intermédio de sua participação ativa que a graça salvífica chegou até nós.

Ao encerramos, acreditamos que Jesus Cristo, centro e fundamento de toda a nossa fé cristã, se tornou mais conhecido a cada um e, portanto, poderá ser mais amado e melhor anunciado.

A Teologia e, aqui, especificamente, a Cristologia, tem esse papel de purificação da fé, fazendo-a mais significativa e potente em cada um de nós.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. **Jesus de Nazaré**: da entrada em Jerusalém até a ressurreição. São Paulo: Planeta, 2011.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. Nova edição, revista e ampliada. 10ª impressão. São Paulo: Paulus, 2015.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2001. Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG) sobre a Igreja.

JOÃO PAULO II. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edição típica Vaticana; Loyola, 2000.

KESSLER, Hans. Cristologia. In: SCHNEIDER, T. (Org.). **Manual de Dogmática**. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 1.

VALLE, S. F. O Tríplice Múnus de Jesus Cristo na atividade litúrgica da Igreja. In: **Teologia em Questão**, n. 33, 2018. Disponível em <<http://tq.dehoniana.com/tq/index.php/tq/article/view/230/192>>. Acesso em: 13 jul. 2021.